

A IMPORTÂNCIA DE SENSIBILIZAR ATRAVÉS DE PROJETOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PROFESSORA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Nelma Alves dos Santos¹

RESUMO

Este estudo tem como objetivo descrever as ações de dois projetos desenvolvidos em uma escola da rede pública do Distrito Federal, coordenados pelas professoras do Atendimento Educacional Especializado, envolvendo a comunidade escolar, durante os anos letivos de 2021 e 2022. As ações aqui contempladas foram desenvolvidas de acordo com datas organizativas do calendário escolar anual da rede pública do Distrito Federal, no sentido de atender à proposta de sensibilizar e conscientizar a comunidade escolar, envolvendo todos os seus segmentos, sobre o que define uma escola inclusiva, livre de preconceitos e que valoriza as diferenças e objetiva garantir a todos os estudantes a mesma possibilidade de formação integral. O percurso metodológico deste trabalho, voltado para a pesquisa qualitativa, procurou entrelaçar conceitos que abrangessem a educação inclusiva e as ações supracitadas. O referencial teórico foi composto pela legislação vigente e pesquisadores e educadores da área da educação inclusiva, dentre eles: Maria Teresa Eglér Mantoan, Romeu Kazumi Sassaki, Messias & Mendes (2024), Neta et al (2023). Os resultados apontam para a redução de práticas de discriminação e convivência mais harmônica no ambiente escolar. A participação da comunidade escolar em projetos que visam conscientizar e discutir a educação inclusiva converge com a minimização das diferenças sociais, culturais e individuais, que são utilizadas para enriquecer as interações e a aprendizagem.

Palavras-chave: Projetos, Escola, Educação inclusiva, Atendimento Educacional Especializado.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - Modalidade Profissional - Faculdade de Educação - Universidade de Brasília - DF. nelma.santos@aluno.unb.br



I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado com o objetivo de descrever as ações de dois projetos sobre inclusão, desenvolvidos em uma escola da rede pública do Distrito Federal, coordenados pelas professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE), envolvendo a comunidade escolar, nos anos letivos de 2021 e 2022. As descrições aqui apresentadas foram vivenciadas por uma professora do AEE que participou dos projetos e, há seis anos, trabalha no Atendimento Educacional Especializado em Centros de Ensino Fundamentais de Anos Finais do Distrito Federal.

A Educação Inclusiva vem se mostrando significativa para a comunidade escolar e para a sociedade como um todo (Messias & Mendes, 2024). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 incorporou à educação brasileira o conceito de que as escolas devem se adaptar às especificidades dos estudantes, estabelecendo a obrigatoriedade da oferta do ensino inclusivo no Brasil e proporcionando o direito dos estudantes com deficiência a serem matriculados em classes inclusivas de escolas regulares e colocando a obrigatoriedade do oferecimento do AEE (Silva, 2022).

De acordo com o levantamento do Censo Escolar (INEP, 2024), o número de matrículas de educação especial em classes regulares de ensino fundamental cresceu de 824.076, em 2020, para 1.199.803, no ano de 2024. Este aumento no número de matrículas demonstra que a acessibilidade à educação está sendo disponibilizada aos estudantes com deficiência. Através desses dados, pode-se concluir que famílias mais conscientes buscam pelo direito à educação de seus filhos em escolas regulares.

Com o aumento dessa demanda, os professores que compõem o AEE enfrentam mais desafios, além dos que constam em suas atribuições estabelecidas em lei (Brasil, 2009). As articulações com os gestores, professores de classes comuns, o atendimento aos estudantes e suas famílias, têm a finalidade de promover acessibilidade, estratégias pedagógicas e disponibilização de recursos que facilitem o aprendizado e participação dos estudantes (Mahl et al, 2020; Brasil, 2008). Tais articulações necessitam de um acolhimento inicial e transmissão de informações que levem à formação de parcerias para que haja engajamento da comunidade escolar à causa da inclusão.

O desenvolvimento de ações e projetos que envolvam toda a comunidade escolar se mostra salutar no sentido de conscientizar e sensibilizar essa comunidade. Como afirmou Mantoan (2015), as instituições escolares desempenham papel central na formação do futuro,



promovendo a valorização da diversidade. Assim, ao aprenderem a conviver com as diferenças, as crianças tendem a se tornar adultos mais inclusivos, diferindo das gerações anteriores, que enfrentaram maiores desafios para compreender e vivenciar a inclusão.

Considerando a necessidade de informar, sensibilizar e conscientizar os professores de classes comuns inclusivas, as professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE) desenvolveram ações pontuais, em coordenações coletivas, no início dos anos letivos de 2021 e 2022, descritas a seguir. Inicialmente, foi projetado um vídeo com o intuito de sensibilizar e informar os docentes acerca da importância da aceitação das diferenças, sobre o estabelecimento da educação inclusiva nas escolas regulares e sua função na escola e na sociedade. A seguir, as professoras informaram aos professores de classes comuns inclusivas sobre as atribuições do serviço de AEE (Brasil, 2009) e fizeram algumas referências ao arcabouço legislativo que abrange o AEE.

Ainda durante este primeiro encontro na coordenação coletiva, foram repassadas informações relevantes sobre os estudantes, público do AEE, incluindo suas principais características, condições socioeconômicas, os possíveis gatilhos de desregulação emocional e sugestões de adaptações de atividades, de tempo e de espaço. Os dados referentes aos estudantes constam nos laudos e nos Planos de Ensino Individualizados (PEI), documentos que acompanham os estudantes com deficiência e devem ser revisados periodicamente ao longo do ano para garantir que sejam atualizados.

Nesse momento de coordenação, as professoras enfatizam a necessidade de que os professores observem as singularidades de cada estudante, e não se atenham ao modelo médico de inclusão (Mantoan, 2017), já ultrapassado. As informações foram compartilhadas nas coordenações coletivas com cautela, mediante autorização dos responsáveis adquiridos em anamnese, respeitando os princípios éticos e legais estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, 2018).

Durante essas ações que ocorreram no início do ano letivo, as professoras do AEE também exemplificaram adaptações de atividades com níveis diferentes de complexidade, sempre enfatizando que as adaptações devem ser individualizadas, pois cada estudante é um ser singular com suas especificidades e singularidades. É importante salientar que tais adaptações facilitam a aprendizagem e socialização dos estudantes com deficiência matriculados em classes comuns inclusivas.

Outro momento importante desenvolvido ainda em coordenações iniciais no início do



ano letivo, são os esclarecimentos sobre como deve ser feito o registro de dados do Formulário de Adequações Curriculares, preenchido por cada professor, individualmente para cada estudante. Tal formulário traz informações sobre o estudante, objetivos, conteúdos e as estratégias que os professores adaptaram, por disciplina, no decorrer de cada bimestre. O Formulário auxilia o planejamento individual voltado ao estudante com deficiência.

Percebe-se que o preenchimento das adequações curriculares, as adaptações de atividades e a atenção que deve ser despendida a cada estudante, torna-se mais complexa no contexto de escolas que atendem o Ensino Fundamental de Anos Finais. Isso se deve ao grande número de estudantes que cada professor de classe comum atende em sala. Ainda há o fato agravante de que, muitas vezes, o professor não tem auxílio de um monitor que acompanhe o estudantes com necessidades específicas com nível de suporte maior, para que haja uma aprendizagem significativa.

É necessário que haja parceria entre os professores do AEE, o corpo docente e todo o segmento da comunidade escolar para a construção de uma rede que incentive a inclusão. As informações que podem estabelecer uma escola mais inclusiva, que valoriza as diferenças e a diversidade, são iniciadas por pequenas ações desenvolvidas no decorrer do ano letivo. A mudança de percepções sobre a educação inclusiva, sobre a convivência e o respeito à diversidade podem ser desencadeadas durante essas ações.

Por essas questões narradas acima, além das ações já citadas, as professoras do AEE de uma escola de Ensino Fundamental de Anos Finais desenvolveram ações comunitárias que envolvessem toda a escola, não apenas os professores. A comunidade escolar é uma parte considerável da sociedade que deve ser conscientizada sobre a importância da inclusão, sobre a aceitação e o respeito às diferenças, visando criar estratégias que minimizem o bullying e as atitudes discriminatórias contra os estudantes que necessitam de atendimento educacional especializado. Essas iniciativas mais amplas são implementadas por meio de projetos estruturados, cujo objetivo é promover o engajamento de toda a comunidade escolar, conforme será exemplificado a seguir.

II. METODOLOGIA

Este relato traz o desenvolvimento de dois projetos executados em uma escola de Ensino Fundamental de Anos Finais de uma região administrativa do Distrito Federal, levando a



desdobramentos significativos de conscientização e sensibilização para a comunidade escolar. A referida escola era composta, à época, por 30 turmas inclusivas que são classes com estudantes com necessidades educacionais específicas, com uma média de 25 a 35 estudantes matriculados em cada uma. Ambos os projetos foram desenvolvidos nos turnos matutino e vespertino, evidenciando o envolvimento de toda a comunidade escolar ao longo de sua execução.

1. Projeto 1: Concurso Inclusão Criativa

O projeto Inclusão Criativa foi implementado em setembro de 2021 como parte das ações pelo Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Sua execução ocorreu durante a pandemia de Covid 19, permitindo que parte do projeto fosse desenvolvido virtualmente, considerando que os estudantes haviam criado um e-mail visando acompanhar as aulas síncronas.

A situação de isolamento domiciliar trouxe prejuízos sociais e pedagógicos para os estudantes, mas principalmente aos estudantes que faziam parte do público atendido pelo AEE. O fato de diversos estudantes apresentarem dificuldades de socialização contribuiu para o aumento de seu isolamento durante o período da pandemia. Assim que o dia de retorno às aulas presenciais foi definido, iniciou-se o processo de sensibilizar e conscientizar a comunidade escolar sobre a importância de se respeitar e acolher as diferenças.

A proposta do projeto foi lançada pelas professoras do AEE à equipe gestora da escola que apoiou prontamente o projeto, cujo objetivo final era que os estudantes participantes escrevessem um slogan para a sala de recursos. As professoras responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) elaboraram um material de apoio destinado aos docentes da instituição, com o objetivo de subsidiá-los nas abordagens junto aos estudantes sobre temáticas centrais como inclusão, bullying, respeito mútuo e companheirismo. A iniciativa visou preparar a comunidade escolar para o retorno às aulas presenciais, enfatizando a importância do cuidado e da atenção aos estudantes com necessidades educacionais específicas, especialmente no que se refere às dimensões da amizade, socialização e suporte pedagógico.

Durante uma coordenação coletiva, o projeto foi apresentado aos professores das classes comuns inclusivas que, de comum acordo, contribuíram para a sua coconstrução e execução. A proposta foi prontamente acolhida pelo corpo docente, que contou com o apoio contínuo das professoras do AEE para esclarecimento de eventuais dúvidas. Como parte da ação, as



professoras do AEE elaboraram um texto orientador contendo as diretrizes do Concurso Inclusão Criativa, além de um desenvolvimento conceitual acerca da inclusão no contexto escolar e social. O material do projeto também incluiu uma breve explanação sobre o conceito de slogan e orientações práticas para sua elaboração. Em uma segunda coordenação, foi combinado o dia em que seria lido o roteiro em sala de aula com os estudantes e os professores se comprometeram em ler e conversar com os estudantes sobre a importância da inclusão e sobre as regras do projeto em si.

No dia estabelecido em coordenação, foi lido o texto sobre inclusão com os estudantes em sala, onde os professores conselheiros puderam ensinar o debate sobre a aceitação e o respeito à diversidade, e conscientizarem os estudantes sobre a importância de acolhermos as diferenças. Foi lido também o regulamento do concurso “Inclusão Criativa” cujo objetivo principal foi selecionar 1 (uma) frase curta (um slogan) com o tema: “A importância da inclusão da pessoa com deficiência e da diversidade, na escola e na sociedade”. Segundo o regulamento, cada estudante poderia participar do concurso criando uma frase inédita. Os estudantes entregaram a frase elaborada para o professor conselheiro, que submeteu à comissão julgadora do concurso, da qual fizeram parte a equipe de apoio da escola e a professora do laboratório de informática.

Os estudantes que escreveram as três melhores frases (slogans) foram premiados com um kit que continha livros, blocos de anotações, materiais de papelaria como canetas, lápis de cor, borrachas, lapiseiras e chocolates. Os três slogans foram colocados em votação através de um Google Formulário elaborado pela professora do laboratório de informática. Todos os estudantes tiveram a oportunidade de votar. O slogan escolhido foi **“As suas diferenças fazem do mundo um lugar mais bonito”**, escrito por uma estudante de 8º ano que foi premiada com uma cesta de chocolates, livros e um certificado. As fotos a seguir fazem parte da divulgação do concurso no mural da escola.



Fonte: Mural da escola. Acervo pessoal.



2. Projeto 2: A inclusão começa com o respeito às diferenças

O projeto 2 teve o objetivo de contemplar a Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, estabelecida pela Lei Distrital nº 6.849/2021 que integra o calendário da Secretaria de Educação do DF sendo desenvolvido em março de 2023. Inicialmente, foi discutido com o grupo de professores das classes comuns inclusivas durante coordenação coletiva sobre o desenvolvimento de uma ação a fim de contemplar essa semana temática. As ideias foram surgindo e sendo compiladas e lapidadas durante as coordenações coletivas. As professoras do AEE escreveram as ações a serem desenvolvidas pelos professores com os estudantes, a saber:

- Leitura de um pequeno texto sobre inclusão, respeito às diferenças e conscientização sobre a diversidade;
- Filme sobre inclusão projetado para todas as turmas e fomentou um debate, mediado pelo professor conselheiro. Tal filme foi escolhido preliminarmente durante as coordenações coletivas com os professores;
- Brainstorm – palavras contemplando o tema que os estudantes falaram e o professor as escreveu no quadro;
- Distribuição de uma folha colorida de papel Canson que os estudantes cortaram no formato das suas mãos, escolheram uma das palavras do quadro e entregaram para o professor conselheiro. Foi pedido que o professor esclarecesse aos alunos que o formato das mãos simbolizaria união.
- Os professores entregaram as mãos para as professoras do AEE que, juntamente com a coordenação, montaram um mural em formato de árvore sob o título: **Todos juntos por uma educação inclusiva.**
- Ação guia: Estudantes com vendas e outros guiando-os pela escola simulando uma pessoa com deficiência visual: experiência sensorial.

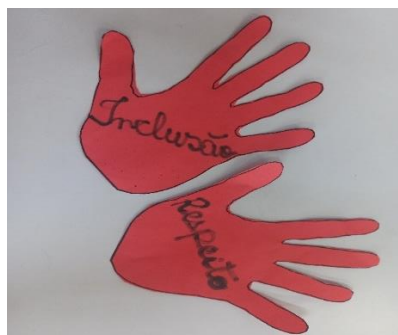


Foto: Acervo pessoal.



Foto: Acervo pessoal.





Foto: Acervo pessoal.



Foto: Acervo pessoal.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações produzidas durante as coordenações pedagógicas no início dos anos letivos, foram consideradas fundamentais para informar, conscientizar e sensibilizar os professores de classe comum e os outros integrantes da comunidade escolar que estiveram presentes. São momentos de diálogo que inauguram a criação de vínculos entre os professores, fomentam o debate sobre a inclusão trazendo reflexões necessárias ao processo inclusivo. Tais reflexões representam o início de uma transformação cultural que valoriza a diversidade e impulsiona o respeito às diferenças no ambiente escolar, estimulando o engajamento de todos os participantes do processo educacional (Fávero et al, 2024).

O projeto *Inclusão Criativa* mobilizou todos os segmentos da escola, apesar de ter sido desenvolvido durante o período da pandemia de Covid 19. Os professores contribuíram com a coconstrução dos projetos e conversaram com a turma sobre a importância da inclusão e da aceitação das diferenças, participando ativamente de todo o processo, reiterando a importância do trabalho colaborativo entre professores do AEE e das classes comuns (Fávero et al., 2024).

Os professores de todas as disciplinas se engajaram em ambos os projetos, por meio da leitura e discussão de textos com os estudantes, da promoção de debates em sala de aula e da explicação de conceitos como definição e elaboração de slogans. Também estimularam a criação de um campo semântico voltado à inclusão e orientaram atividades lúdicas, como o recorte de silhuetas de mãos, integrando essas ações em uma proposta interdisciplinar. A participação dos estudantes na confecção dos slogans, pautada pela ética e criatividade, contribuiu para que o retorno às aulas presenciais fosse menos impactante para os estudantes



com necessidades educacionais específicas e favoreceu a união do grupo e a compreensão da importância da inclusão.

A votação online, viabilizada por meio dos e-mails institucionais dos estudantes e da utilização da plataforma Google Classroom, foi essencial para o desenvolvimento do projeto. Destaca-se, ainda, a atuação da professora do laboratório de informática, que prestou suporte técnico aos estudantes e às professoras da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo a lisura do processo de votação. A divulgação do concurso por meio das redes sociais da escola ampliou o alcance das informações, possibilitando que os responsáveis pelos alunos também fossem informados. Ademais, o apoio da equipe gestora foi fundamental para a execução e o êxito do projeto.

Aqui, reitera-se a efetivação da inclusão no ambiente escolar e em outros contextos exigiu a participação ativa dos diversos segmentos da comunidade escolar, bem como a promoção de espaços de reflexão e compreensão sobre a importância do conhecimento, por parte de todos os envolvidos com práticas inclusivas, dos fundamentos teóricos, legais, clínicos, pedagógicos, sociais e humanos que sustentam tais práticas. Essa abordagem fundamenta-se em valores como respeito, empatia, solidariedade, reciprocidade e altruísmo (Mahl et al., 2020).

O projeto intitulado *A inclusão começa com o respeito às diferenças* promoveu uma experiência significativa ao mobilizar a sensibilidade dos estudantes. A vivência proporcionada pela atividade com vendas nos olhos, acompanhada pela orientação de um colega-guia, possibilitou aos participantes a percepção das barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência visual em seu cotidiano. Essa estratégia contribuiu para o desenvolvimento da empatia e para a conscientização de estudantes e docentes quanto à importância da acessibilidade no ambiente escolar. Durante a etapa de avaliação do projeto, identificou-se a ausência de acessibilidade arquitetônica (Sassaki, 2009) nas dependências da escola, evidenciando a necessidade de adaptações estruturais para a efetiva inclusão.

Sassaki (2009) aborda as múltiplas dimensões da acessibilidade, destacando, entre elas, a acessibilidade atitudinal no contexto educacional. Esta dimensão enfatiza a necessidade de promover a sensibilização e a conscientização da comunidade escolar como estratégias fundamentais para eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, bem como para fomentar uma convivência respeitosa com estudantes que apresentam diferentes características atípicas, contribuindo para a prevenção de comportamentos discriminatórios. Observou-se que, após o desenvolvimento do projeto, houve uma ampliação da receptividade por parte dos discentes,



que passaram a acolher mais efetivamente seus colegas e a denunciar práticas capacitistas.

Os resultados indicaram uma diminuição nas práticas discriminatórias e uma promoção de relações mais harmoniosas no contexto escolar. A atuação da comunidade escolar em iniciativas voltadas à conscientização e ao debate sobre a educação inclusiva contribui para a atenuação das desigualdades sociais, culturais e individuais, as quais passam a ser valorizadas como elementos enriquecedores das interações e dos processos de aprendizagem.

Os resultados também apontaram para a necessidade de envolver toda a comunidade escolar em ações e projetos informativos acerca da inclusão, provocando reflexões e discussões, através de atividades teóricas e práticas que promovam discussões e vivências visando que todos ajam com um viés inclusivo (Mahl et al, 2020). Neste ambiente multifacetado onde convivem pessoas com realidades sociais, histórias e culturas diversas (Silva, 2022), o AEE se faz essencial para o processo inclusivo nas escolas. Pude observar que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é abordado como um agente de transformação social, com a finalidade de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva (Fávero et al., 2024)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou demonstrar que ações e projetos desenvolvidos no decorrer do ano letivo, com a participação ativa de estudantes e professores contribuem para a promoção de uma escola mais inclusiva. Verificou-se que propostas construídas de forma coletiva tendem a ser mais valorizadas e efetivamente implementadas pelos docentes, demonstrando a importância de sensibilizar através de projetos. Este movimento colabora para a minimização das diferenças sociais, culturais e individuais, que são utilizadas para enriquecer as interações e a aprendizagem.

Porém a inclusão deve ser desenvolvida na escola não apenas através de ações em datas previstas no calendário anual das escolas, mas sim, durante todo o ano letivo com a intenção de conscientizar e sensibilizar a comunidade escolar como um todo. Suscitar reflexões acerca da inclusão nas escolas regulares reforça o debate na área, levando a práticas que contribuem para o aperfeiçoamento e atualização constantes dos profissionais.

A sensibilização e a conscientização da comunidade escolar são fundamentais não apenas para garantir a permanência e a participação dos estudantes com necessidades



educacionais específicas, mas também para promover a aprendizagem de todos os envolvidos. Nesse sentido, como afirma Mantoan (2017), trata-se de abrir "outras possibilidades de existir para todos". A transformação cultural no ambiente escolar, de uma lógica individualista para uma perspectiva inclusiva e colaborativa, é essencial para a construção de uma educação que valorize a diversidade, reconhecendo que as diferenças constituem a identidade coletiva da comunidade escolar.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**, modalidade Educação Especial Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17.

[Link: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf]

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. [Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm] Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024: Resumo Técnico**. Brasília, 2025. https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2024/apresentacao_coletiva.pdf

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Brasília, DF: Presidência da República. [Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14020.htm].

Acesso em: 21 maio 2025.



BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em:

<https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>

Fávero, C. H.; Moraes, G. M.; Vasconcelos, W. E.; Silva, J. B.; Tomaz, I. D. M.; Ribeiro, G. A.; Pinheiro, J. F.; **Educação Inclusiva E Os Desafios Do Atendimento Educacional Especializado**. *IOSR Journal of Business and Management (IOSR-JBM)* e-ISSN:2278-487X, p-ISSN: 2319-7668. Volume 26, Issue 11. Ser. 13 (November. 2024), PP 41-47

www.iosrjournals.org

Mahl, E.; Oliveira, P. De; Zutião, P. **Estratégias utilizadas por três professoras de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do IF Baiano: relatando experiências**. *Revista Transmutare*, Curitiba, v. 5, e2012981, p. 1-19, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>. Acesso em: 05 de junho de 2025.

Mantoan, M. T. E.; **Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições**. *Inclusão Social*, [S. l.], v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4030>. Acesso em: 5 jun. 2025.

Messias, Ana Paula Chaves & Paulo Cezar Mendes. **“Instituições Educacionais - A Realidade da Educação Inclusiva No Brasil No A.E.E. Atendimento Educacional Especializado: Revisão Integrativa”**. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação* 10, nº 5 (2 de maio de 2024): 1039–54. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i5.13664>.

Neta, Adelaide de Sousa Oliveira; SOLON, Thiago Falcão; FALCÃO, Giovana Maria Belém. **Professores ingressantes no Atendimento Educacional Especializado: Vozes registradas em cartas narrativas**. *Revista Contexto & Educação*, [S. l.], v. 39, n. 121, p. e15542, 2024. DOI:10.21527/2179-1309.2024.121.15542. Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/15542>.

Acesso em: 5 jun. 2025.



SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

Silva, Rafael Soares. “AEE para Salas de Recursos Multifuncionais: Aspectos Legais, Pedagógicos e Organizacional”. *Research, Society and Development* 11, nº 4 (22 de março de 2022): e51011426594–e51011426594. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i4.26594>.

